

# ASCENSÃO E QUEDA DA CIDADE OLÍMPICA: Especulação, Endividamento e Crise no Rio de Janeiro

Maurilio Lima Botelho<sup>i</sup>

**Resumo:** O objetivo do texto é apontar que a crise econômica na cidade do Rio de Janeiro não é um processo provocado pelos Jogos Olímpicos ou algo que os Jogos fracassaram em evitar, mas como um processo anterior a esse megaevento e que foi por ele aprofundado. A crise urbana do Rio de Janeiro, deste modo, deve ser vista como a crise de um modelo de administração urbana cujo objetivo principal era superar as dificuldades econômicas mas que acabou por ampliá-las.

**Palavras-chave:** Jogos Olímpicos; urbanismo empresarial; crise urbana, superacumulação de capital.

## THE RISE AND FALL OF THE OLYMPIC CITY: SPECULATION, DEBT AND CRISIS IN RIO DE JANEIRO

**Abstract:** This paper argues that the economic crisis currently affecting the city of Rio de Janeiro was not prompted by the recent Olympic Games, nor could have been expected to be retarded by them. But, while that crisis predated the Games, the effect of the mega-event was to intensify it. Therefore, the city's urban crisis must be seen as the crisis of a model of urban management, whose main aim was to overcome economic difficulties which it ultimately only amplified.

**Keywords:** Olympic Games; urban entrepreneurialism; urban crisis, overaccumulation of capital.

## ASCENSO Y CAÍDA DE LA CIUDAD OLÍMPICA: ESPECULACIÓN, ENDEUDAMIENTO Y CRISIS EN RÍO DE JANEIRO

**Resumen:** El objetivo del texto es apuntar que la crisis económica en la ciudad de Río de Janeiro no es un proceso provocado por los Juegos Olímpicos o algo que los Juegos fracasaron en evitar, sino resultado de un proceso anterior a ese mega evento y que fue por él profundizado. La crisis urbana de Río de Janeiro, de este modo, debe ser vista como la crisis de un modelo de administración urbana cuyo objetivo principal era superar las dificultades económicas, pero que acabó por ampliarlas.

**Palabras clave:** Juegos Olímpicos; urbanismo empresarial; crisis urbana, superacumulación de capital.

---

<sup>i</sup> Professor do curso de Geografia da UFRRJ (Campus Seropédica) e do Mestrado em Geografia da mesma instituição. Contato: maurilio\_botelho@oi.com.br.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos foi vista como resultado e coroação do bom desempenho da economia brasileira no momento imediatamente anterior a essa conquista. Entretanto, durante a realização dos Jogos, uma cuidadosa narrativa tentava enfatizar o seu papel na descolagem da economia municipal da crise enfrentada pelo país e, principalmente, pelo estado do Rio de Janeiro. O esgotamento do *boom* das *commodities* no mercado internacional, a desaceleração da economia brasileira, o grave colapso do setor de petróleo estadual e as dificuldades de várias indústrias nacionais (siderúrgicas, automobilísticas etc.) pareciam não afetar a municipalidade: a preparação para o grande evento esportivo mundial aparentava salvar o Rio de Janeiro do abismo econômico.

Nosso argumento é que a realização dos Jogos Olímpicos, como meio para a transformação urbana do município, foi diretamente responsável pela queda das condições econômicas da cidade. Ao contrário do alardeado, a crise não se abateu no Rio de Janeiro após as Olimpíadas; foi o resultado de um modelo de gestão empenhado em aproveitar as oportunidades de reformulação urbana e que, ao tentar superar as dificuldades econômicas já existentes, aprofundou-as. Nosso foco principal, a seguir, é demonstrar que as qualidades apontadas no ambiente social e econômico do Rio de Janeiro, nos últimos anos, foram na maioria das vezes efêmeras (por exemplo, a baixa taxa de desemprego), ilusórias (a sustentabilidade das finanças municipais) e tiveram um efeito negativo sobre a sociedade, apesar dos elogios cegos do mercado financeiro (a alta nos preços dos imóveis, que encareceu o custo de vida).

Encaramos como “modelo olímpico” uma forma de administração urbana que, embora enfatize a preparação de grandes eventos, é mais amplo que isso e se caracteriza principalmente por utilizar expedientes financeiros para tentar contornar a manifestação urbana dos processos de crise estrutural do capitalismo. Uma faceta ainda pouco explorada desse modelo diz respeito aos instrumentos financeiros usados pelas administrações de caráter “empreendedor” para contornar manifestações urbanas dos processos estruturais de crise e para sustentar temporariamente a imagem das cidades como locais atrativos. Nesse sentido, argumentamos que o chamado modelo olímpico não pode ser entendido como a causa da crise econômica em curso, mas que esta forma

de gestão urbana foi concebida como solução para problemas econômicos de natureza estrutural. Isso não impede a constatação de que o resultado das políticas urbanas orientadas para os Jogos Olímpicos foram responsáveis pelo aprofundamento da crise. O forte investimento em infraestrutura urbana levou ao agravamento de capacidade instalada ociosa, o que contribuiu para o fortalecimento de uma crise estrutural que tem uma face carioca muito singular.

### **1. Cidade do amanhã: expansão do crédito e bolha imobiliária no Rio de Janeiro**

Em aparente contradição com a Europa e, principalmente, EUA, que sofriam uma forte crise imobiliário-financeira, o Brasil passou a apresentar expressiva alta nos preços dos imóveis a partir de 2009. Até então um fenômeno localizado em determinados bairros nobres e áreas em processo de gentrificação (como a Lapa, no Rio de Janeiro), a forte alta no mercado imobiliário se generalizou por quase todas as cidades brasileiras, sobretudo as capitais, a partir do ativismo anticíclico do governo federal. Aumento do financiamento estatal, criação do Minha Casa Minha Vida (MCMV) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e uma retomada dos preços das *commodities* no mercado mundial – depois de uma forte queda em 2008/2009 – permitiram uma vertiginosa ampliação do crédito na economia nacional (BARREIRA e BOTELHO, 2016). O financiamento ao consumo imobiliário no país saiu de um já recorde de 49,6 bilhões de reais, em 2009, para 83,1 bilhões, em 2010, e deu um salto para 114 bilhões de reais no ano seguinte. Somente a Caixa Econômica Federal, principal responsável pelo financiamento imobiliário no país, emitiu 80 bilhões de reais em 2011 (uma década antes, em 2002, seu financiamento era de apenas 4,8 bilhões). Nos anos seguintes, o crédito oferecido pelo banco atingia volumes ainda maiores, chegando ao inédito teto de 135 bilhões de reais, em 2013.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Esse patamar foi rebaixado nos anos posteriores em virtude dos primeiros sinais do esgotamento do *boom* imobiliário. Ver sobre isso: O corte de crédito da CEF e o mercado imobiliário, *Folha de São Paulo*, disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-corte-de-credito-da-cef-e-o-mercado-imobiliario-imp-,1694176>. Acesso em maio 2017.

O maior programa de financiamento imobiliário da história do Brasil, Minha Casa Minha Vida, também acompanhou essa trajetória, mas seu auge foi um pouco mais duradouro: passando de 14 bilhões de reais, em 2013, e quase 16 bilhões, em 2014, o programa foi ampliado no ano da reeleição de Dilma, atingindo a marca de 19,3 bilhões de reais.

A esse volume de financiamento nas duas pontas do mercado imobiliário devemos acrescentar também a conquista dos megaeventos para o país (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos) para entender a euforia em torno do “desenvolvimento urbano” no Brasil, cujos impactos foram sentidos principalmente na cidade do Rio, sede principal dos dois jogos. A perspectiva criada com a chamada política de pacificação nas favelas da Zona Sul e parte da Zona Norte carioca também atingiu diretamente o mercado imobiliário, através da forte valorização patrimonial ao redor das UPPs. Tudo isso criou uma verdadeira bolha imobiliária no mercado nacional e principalmente na cidade olímpica, apesar dos otimistas afugentarem esse termo através dos mais variados subterfúgios.

Os números do mercado imobiliário demonstram a alta exponencial: levantamento realizado com base no Índice FipeZap aponta para uma trajetória acelerada de crescimento dos preços dos imóveis desde o início do primeiro Lula, invertendo uma tendência de queda verificada desde o ano de 2000 e uma estabilidade no período anterior (década de 1990).<sup>2</sup> Entre 2004 e 2014, o índice nacional sofreu uma alta de 191 %. Isso é ainda mais expressivo quando se considera, a partir da correção inflacionária, que durante 36 anos, apesar de todas as altas e baixas, o índice teve um saldo de apenas 53 % de crescimento.<sup>3</sup> Estamos às voltas com um fenômeno de expansão gigantesca na década do “lulismo” cuja explicação é uma inflação de ativos muito acima da progressão do PIB, que acumulou um crescimento real nesse período de 44 %.

O mais significativo, entretanto, é a aceleração ainda maior a partir exatamente de 2009, quando temos a enxurrada de recursos patrocinada pelo crédito estatal e a euforia em torno da escolha do Rio como sede das Olimpíadas – até 2014, o índice FipeZap crescerá 76 %, um alta ainda maior do que a do período anterior (2004-2009), de 66 %.

---

<sup>2</sup> O Índice FipeZap tem limitações por ser um indicador do anúncio dos imóveis, não seu preço efetivo de venda, mas por isso mesmo ele é eficaz para a indicação das tendências do mercado. Além disso, ele oferece a série histórica mais antiga do país para o mercado imobiliário.

<sup>3</sup> Valorização de imóveis no Brasil, *Blog REExperts*, disponível em: <http://rexperts.com.br/valorizacao-dos-imoveis-brasil-fipe-zap/>. Acesso em maio 2017.

Não é um acaso que o Rio de Janeiro tenha sido a cidade de maior crescimento imobiliário no país durante todo esse tempo, puxando a média nacional para o alto. O índice FipeZap para a venda de imóveis no município, entre janeiro de 2009 e dezembro de 2014, teve uma alta real (descontada a inflação do período) de 211 %, muito acima da valorização nacional. Entre 2009 e 2010, uma pesquisa realizada pelo Ibope apontou para um crescimento dos preços no mercado nacional de 22 %, o terceiro mais acelerado do mundo (perdendo apenas para Hong Kong e Cingapura), mas no Rio a valorização foi de 27 %. Alguns bairros apresentaram elevações maiores, o que indica a seletividade dos investimentos imobiliários em determinadas áreas “nobres”. Entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010, por exemplo, um imóvel de alta renda (quatro quartos) em Ipanema subiu 126,65 %, no Flamengo havia aumentado em 79,04 % e no Leblon, 62,45 %. Outros tipos de imóveis também tiveram os preços inflados, como o de três quartos na Tijuca (valorização de 66,91 % em apenas um ano) ou São Cristovão (68,93 %). No período posterior, os índices foram ainda mais elevados: entre setembro de 2009 e o mesmo mês de 2010, os bairros de Botafogo, Copacabana e Leblon tiveram a maior alta no preço dos imóveis de toda a cidade, respectivamente de 139,76 % (apartamentos de 4 quartos), 115,23 % e 102,73 %.<sup>4</sup>

A tendência de alta continuaria nos anos seguintes, mas a trajetória se inverte bruscamente a partir de 2015. O segundo governo de Dilma é marcado por uma retomada da austeridade fiscal e temos um corte de cerca 4,8 bilhões no programa Minha Casa Minha Vida.<sup>5</sup> As dificuldades econômicas decorrentes da queda dos preços das *commodities* no mercado internacional e desaceleração do crescimento chinês começam a secar o crédito. No ano anterior, apesar de toda a estratégia de fachada realizada para a reeleição de governos municipais, estaduais e, principalmente, federal, a economia brasileira já se esgarçava: o “crescimento” do PIB naquele ano foi de 0,1 %. Os últimos trimestres já apontavam para uma recessão acobertada a qualquer custo por meio do aparato de propaganda eleitoral.

---

<sup>4</sup> O Brasil na elite mundial, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/brasil-elite-mundial-576261/>. Acesso em jun. 2011.

<sup>5</sup> Governo vai reduzir R\$ 4,8 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida, *Agência Brasil*, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-09/governo-vai-reduzir-r-48-bilhoes-do-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: maio 2017.

O desmonte de uma conjuntura econômica inflada pelo crédito e baseada no endividamento, se não já estava claro, torna-se incontestável logo após o período eleitoral. Temos um recuo no financiamento da construção imobiliária no país em 2016, um verdadeiro tombo para o programa Minha Casa Minha Vida, que sofre com uma previsão de corte de cerca de 10 bilhões.<sup>6</sup> O mercado imobiliário nacional foi praticamente paralisado.

Na prática, o que observou-se no ano de 2016 foi a paralisação dos recursos - e das obras - o que levou muitas empresas aos empréstimos e às dívidas. As obras atrasaram e não foram entregues. Além disso, o mau desempenho da economia aumentou a inadimplência entre os beneficiários da Faixa 1 - em outubro, o número de devedores chegava a 25% do total dos contemplados.<sup>7</sup>

Os índices imobiliários já estavam em queda em 2015: a alta de preços dos imóveis teve uma desaceleração nos últimos meses de 2014 e começou a se inverter no ano seguinte. Mesmo com índice de crescimento positivo – nos últimos meses de 2014 e início de 2015 –, houve na verdade uma queda real dos preços dos imóveis, pois a alta foi inferior à inflação do período, que chegou a mais de 10 % em 2015. Neste ano, a redução real nos preços dos imóveis chegou a 8,4 % em todo o país,<sup>8</sup> um tropeço que mostrava o quanto a forte valorização dos anos anteriores tinha pés de barro. No ano seguinte, também mais um recuo real, de 5,4 %.<sup>9</sup> As últimas notícias apontam para uma redução no ritmo de queda, mas ainda assim uma continuidade na desvalorização real: até abril de 2017, através do FipeZap era possível notar um recuo real dos preços de 3,3 %.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> Ministro das Cidades garante que Minha Casa Minha Vida será mantido, *Portal Brasil*, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/06/ministro-das-cidades-garante-que-minha-casa-minha-vida-sera-mantido>. Acesso em maio 2017.

<sup>7</sup> Previsões para Minha Casa Minha Vida e Financiamentos Caixa em 2017, *Terra*, disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/previsoes-para-minha-casa-minha-vida-e-financiamentos-caixa-em-2017,cfff77b4f8f60935a4ff604541695ffawkxpuft6.html>. Acesso em maio 2017.

<sup>8</sup> Preço dos imóveis tem queda real de 8,48% em 2015, diz FipeZap, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2016/01/preco-dos-imoveis-tem-queda-real-de-848-em-2015-diz-fipezap.html>. Acesso em maio 2017.

<sup>9</sup> Preços dos imóveis têm queda real de mais de 5% em 2016, diz FipeZap, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/precos-dos-imoveis-tem-queda-real-de-mais-de-5-em-2016-diz-fipezap.ghtml>. Acesso em maio 2017.

<sup>10</sup> Pelo 2º mês seguido, preço médio de imóveis fica estável, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/pelo-2-mes-seguido-preco-medio-de-imoveis-fica-estavel.ghtml>. Acesso em maio 2017.

No acumulado de todo esse período, o resultado é um verdadeiro colapso imobiliário, expresso sobretudo numa publicação da instituição responsável pela medição desse mercado: um *Boletim FipeZap* de fins de 2015 alertava que os preços dos imóveis poderiam voltar no ano seguinte aos mesmos patamares de 2011.<sup>11</sup> Os próprios “especialistas” do mercado, que durante tanto tempo afugentaram a classificação da alta como uma bolha, agora admitiam a contragosto que os ganhos obtidos no período de forte crescimento poderiam ser rapidamente revertidos, alimentando “as preocupações com a saúde e sustentabilidade do mercado imobiliário”.<sup>12</sup> Isso é mais grave porque o mercado imobiliário nacional, apesar das desregulações patrocinadas nas últimas décadas, está longe da flexibilidade e liquidez de outros mercados. Mesmo considerado uma forma de investimento sólida e confiável, devido à garantia de um ativo quase inviolável – o imóvel propriamente dito –, o mercado imobiliário tornou-se “insustentável”.

Como não seria de estranhar, o Rio de Janeiro, que havia apresentado as maiores altas, segue a mesma dinâmica acentuada na queda: os maiores índices de desvalorização ocorreram em imóveis localizados na “cidade maravilhosa”. A partir de abril de 2015, meses antes da queda nos indicadores nacionais, a cidade já passava por um recuo nominal nos preços dos imóveis. Ou seja, não apenas sofria uma queda real nos preços dos imóveis, mas mesmo os preços nominais (ignorando-se a inflação) estavam em trajetória descendente. Num período de dois anos, entre abril de 2015 e abril de 2017, o Índice FipeZap para a venda de imóveis teve uma queda nominal de 17,8 %. Acrescentando-se a inflação no período, de pelo menos 16 %, teremos uma queda real de mais de 30 % no preço dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro! Ou seja, durante o período mais intenso de preparação para os Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro sofria um verdadeiro desmoronamento no mercado que nos anos anteriores havia sido o indicador de nosso dinamismo econômico.

---

<sup>11</sup> Em 2016 seu imóvel voltará ao preço de 2011, diz FipeZap, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/preco-dos-imoveis-sobe-1-em-2015-e-cai-em-2016-diz-fipezap/>. Acesso em maio 2017.

<sup>12</sup> Em 2016 seu imóvel voltará ao preço de 2011, diz FipeZap, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/preco-dos-imoveis-sobe-1-em-2015-e-cai-em-2016-diz-fipezap/>. Acesso em maio 2017.

Que isso pareça algo surpreendente só revela o quanto a máquina de fabricação de consensos operou de modo frenético nos últimos anos, em particular na adesão da chamada “opinião pública” ao modelo olímpico, isto é, a uma forma de gerenciamento urbano cujo centro dinâmico é a preparação da cidade a eventos internacionais através de fortes investimentos fictícios (especulativos), parcerias público-privadas e espetacularização levada ao extremo.<sup>13</sup>

Não é um acaso que no centro deste modelo estejam os empreendimentos imobiliários, a expansão de zonas de incorporação, a recuperação de áreas centrais abandonadas e a opção por museus assinados por arquitetos de grife. O modelo olímpico importado pelo Rio era parte de uma estratégia efêmera muito mais ampla, nacional. A expansão imobiliária e a concentração de grandes programas na produção urbana (os dois principais voltados à moradia e à infraestrutura, MCMV e PAC) não foram resultados de um ciclo econômico virtuoso, mas mecanismos necessários para alavancar a ficcionalização de riqueza do período de crédito farto gerado pela bolha das *commodities*. A face meramente externa do *boom* do governo Lula (o empenho do agronegócio e das mineradoras em destruir os ambientes naturais para conseguir saldos recordes na balança comercial) foi “completada” por uma política interna de inversões especulativas na produção do espaço urbano durante o governo Dilma. Formou-se uma expectativa de retorno, a médio prazo, de grandes investimentos que, antes mesmo de inaugurados, já estavam arruinados.

A ilusão compactuada pelo Estado, pela grande imprensa, pelos investidores e até mesmo por grande parte dos intelectuais e da esquerda em torno do crescimento da Era Lula, deve-se ao fato de que, necessariamente, a produção urbana tem uma aparência palpável muito material, que embaralha a análise econômica na hora de diferenciar o que é economia real e ficcionalização de riqueza. A superficialidade física de avenidas, túneis, museus e conjuntos habitacionais pesa para uma avaliação

---

<sup>13</sup> “No Rio, mas também em cidades que vivenciam de forma menos intensa esse tipo de reestruturação, o abandono de prioridades por parte dos governos, em seus vários níveis, não deixa de ser sentido pela população, mas esse tipo de incongruência tende a perder visibilidade quando ignorado pelo otimismo político oficial e pela insensibilidade interessada das empresas de mídia. Mais do que isso, o projeto olímpico é apresentado como uma espécie de ‘sonho coletivo’ que, em seguida, dissemina-se na sociedade a ponto de produzir uma imagem positiva unificadora, um verdadeiro consenso em relação a sua pretensa necessidade” (BARREIRA, 2013: 142-143).

materialista vulgar dos seus impactos econômicos. Contudo, boa parte dos investimentos realizados em infraestrutura urbana hoje são nada mais do que empreendimentos especulativos, mera inversão de excesso de capital que objetiva multiplicar a massa monetária sob a forma de capital fictício. Capitalização no sentido preciso do termo, não acumulação de capital via valorização. Mais do que um ciclo de crescimento real, a alta da economia brasileira nesse período – e da cidade do Rio de Janeiro como um dos seus motores – foi fruto de um processo de coordenação financeira em torno dos ganhos de rendimentos com a propriedade imobiliária.<sup>14</sup>

Uma das estratégias, já nos primeiros anos do governo Lula, foi construir mecanismos financeiros capazes de aproveitar as potencialidades contidas no baixo nível de desenvolvimento do mercado imobiliário brasileiro. Dando continuidade à política de flexibilização da Era FHC, o governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores iniciou um processo amplo: (1) de facilitação da circulação de imóveis (alterou e agilizou, por exemplo, a lei de despejos), (2) de estímulo à forma hipotecária de financiamento (algo então quase desprezível no Brasil), (3) de criação de fundos de investimentos imobiliários (FIIs) – o que envolveu a alienação de ativos imobiliários de empresas estatais – e até mesmo a (4) instituição do Sistema de Financiamento Imobiliário, em 2004, que criou a securitização do mercado nacional. Embora os resultados tenham sido tímidos pelo fato de a maior parte dos financiamentos continuar sendo realizada pelo Estado, isso abriu a oportunidade inédita para investidores internacionais acessarem o mercado imobiliário brasileiro. Uma reportagem de periódico econômico, em 2010, dava conta exatamente dessa nova fase do mercado de terras urbanas no Brasil:

É a primeira vez que o mercado brasileiro, tradicionalmente acanhado e pouco pujante para os padrões internacionais, assume uma posição de destaque no cenário

---

<sup>14</sup> “A especulação financeira e, no centro dela, a capitalização baseada na propriedade imobiliária, não deve ser vista meramente como uma forma sofisticada que o capitalismo encontra para sobreviver, como uma ferramenta entre outras de formação e resolução de crises. As crises constantes, cada vez mais comuns, de frequência acelerada e de destruição amplificadas não podem nos levar à conclusão fácil de que o próprio sistema de produção imobiliária contribui para a solução das crises. Há algo mais grave aí e que precisa ser teoricamente enfrentado: a mistura das formas de capital não significa uma sofisticação de ferramentas para os novos tempos. A produtividade necessária à manutenção do sistema (geração de lucro) cada vez mais é substituída por formas improdutivas, simulação de riqueza (juros e renda). A ilusão de que isso possa ser uma forma nova de reprodução capitalista não revela apenas um mecanismo de afastamento subjetivo dos perigos sociais, mas principalmente uma incompreensão teórica dos fundamentos do capitalismo” (BOTELHO, 2016).

global. Diversos fundos estrangeiros passaram a investir em imóveis no Brasil nos últimos anos, como o Abu Dhabi Investment Authority, maior fundo soberano do mundo, e a gestora britânica Autonomy.<sup>15</sup>

Uma representação dessas oportunidades especulativas abertas pelo Brasil foi a concessão do título de *investment grade* à cidade do Rio de Janeiro em 2010. A agência de rating *Moody's* elevou as notas de avaliação do município justificando principalmente o “forte histórico de desempenho financeiro”.<sup>16</sup> Pouco tempo depois, outra conquista para fomentar ainda mais a especulação imobiliária em nosso quintal: em janeiro de 2011, o Rio de Janeiro recebia o prêmio de melhor cidade arquitetônica do mundo pela revista inglesa de *design* e arquitetura *Wallpaper*, graças aos projetos em andamento na cidade.<sup>17</sup>

Não deixa de ser irônica a lembrança de que as mesmas empresas de classificação de risco que premiavam o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro também haviam apostado nos pacotes de hipotecas *subprime* como bons investimentos, na década anterior, nos Estados Unidos. Agora se repetia o mesmo erro de avaliação, facilmente explicado tanto pela ilusão em torno da sustentabilidade das obras em curso quanto pela natureza sempre momentânea dos juízos do mercado financeiro. Poucos anos depois do furor com que anunciavam essa nova fronteira para o mercado financeiro mundial, o Rio de Janeiro afundava numa crise econômica inédita. Um dos primeiros sintomas disso, antes mesmo do término das obras para o Jogos Olímpicos – anunciado pelos mais pessimistas como o limite para a euforia em nossa municipalidade –, foi a explosão do desemprego.

---

<sup>15</sup> O Brasil na elite mundial, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/brasil-elite-mundial-576261/>. Acesso em jun. 2011.

<sup>16</sup> Cidade do Rio recebe grau de investimento, *Jornal Extra*, disponível: <https://extra.globo.com/noticias/rio/cidade-do-rio-recebe-grau-de-investimento-19347.html>. Acesso em maio 2017.

<sup>17</sup> Wallpaper: Rio é eleita a melhor cidade do mundo, *Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*, disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/materias/wallpaper-rio-e-eleita-a-melhor-cidade-do-mundo>. Acesso em maio 2017.

## 2. Ilusionismo urbano e desemprego em alta

Quando o Rio de Janeiro foi escolhido pelo Comitê Olímpico para sediar os Jogos, a conquista não deixou de ser louvada por lideranças políticas, intelectuais e mesmo pela grande imprensa como a coroação do momento de bonança da economia brasileira, como resultado da consolidação do Brasil como país que ingressava no primeiro escalão internacional e como uma espécie de chancela do consenso lulista como forma acertada de governo.

No discurso de candidatura do Brasil aos Jogos, o então presidente Lula disse que o Brasil vivia um momento “excelente, com uma economia organizada e pujante”.<sup>18</sup> Comparando o país com a Coréia do Sul, o secretário-geral do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Roberto Osório, argumentou que a conquista dos Jogos simbolizava o ingresso do país no rol das grandes nações, projetava a “Marca Brasil” no mundo e era uma oportunidade para a continuação do “rápido crescimento da economia”: “Nós vemos os Jogos Olímpicos como uma parte estratégica do crescimento da economia brasileira, e como uma festa reveladora para o país, para apresentar sua nova face para o mundo”.<sup>19</sup> Eduardo Paes, filiado ao partido responsável pelo *impeachment* de Dilma, não deixou de reconhecer a importância dos presidentes anteriores durante a realização do evento.<sup>20</sup>

Entretanto, a partir de 2015, quando a economia brasileira já exibia as dificuldades incontestáveis de uma crise duradoura, o “vigor” da economia na “cidade maravilhosa” não deixou de ser apresentado como uma diferença marcante em relação ao resto do país.

---

<sup>18</sup> Dilma não aproveitou o potencial das Olimpíadas, diz ex-ministro do Esporte, *UOL*, disponível em: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/08/05/dilma-nao-aproveitou-o-potencial-das-olimpiadas-diz-ex-ministro-do-esporte/>. Acesso em maio 2017.

<sup>19</sup> Como o Rio conseguiu ser sede da Olimpíada de 2016. *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/como-rio-conseguiu-ser-sede-olimpiada-2016-593831/>. Acesso em maio 2017.

<sup>20</sup> Eduardo Paes: “Seria injusto não reconhecer o papel de Lula e Dilma na Olimpíada”, *El País*, disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/22/politica/1471902803\\_731026.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/22/politica/1471902803_731026.html). Acesso em maio 2017.

Cerca de um ano depois, já na discussão sobre o “legado”, Marcelo Neri, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e uma espécie de porta-voz oficial do discurso sobre a “nova classe média”, concluía que o Rio de Janeiro, diferente de um Brasil em dificuldades, apresentava fortes índices de crescimento e superava a longa crise supostamente resultante da extinção do Estado da Guanabara. Entre os principais indícios de uma melhora nas condições sociais do Rio Olímpico estariam a alta na renda do trabalho, a diminuição da pobreza e evolução em setores como habitação, educação e serviços públicos.<sup>21</sup>

O levantamento de índices realizado por cientistas cegos para as contradições sociais carecem mais de rigor do que a amnésia midiática. Elogiar os ganhos de renda para o trabalhador carioca sem contrapor à gigantesca alta no custo de vida na cidade do Rio de Janeiro é seletividade e frieza estatística. A própria Fundação Getúlio Vargas demonstrou, em 2015, como a inflação no Rio de Janeiro se destacava acima da média nacional: “A partir de 2012 a inflação carioca começa a superar a média das capitais, o que se mantém nos últimos três anos”, afirmou um pesquisador da fundação.<sup>22</sup> Contava para isso também a alta elevada nos preços dos imóveis, como visto há pouco. Enquanto investidores e parte da classe média se jactavam com a valorização desenfreada de seus “ativos” imobiliários, o efeito imediato disso era encarecimento do custo de vida, que não deixava de afetar a própria classe média, preterida durante anos diante de uma política econômica dividida entre a parceria com as elites econômicas e as políticas compensatórias de redução da miséria.

Enquanto a opinião pública comemorava as medalhas olímpicas conquistadas nos campos e pistas da Zona Norte e nas lagoas da Zona Sul, os números da violência cotidiana explodiam, houve piora no tratamento de esgotos do município (FGV, 2017: 40), o tempo de deslocamento no transporte aumentou – apesar das “grandes obras de mobilidade” – e mesmo com toda publicidade envolvendo os programas habitacionais

---

<sup>21</sup> ‘O Rio sofreu uma transformação em sete anos’, diz Marcelo Neri, *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/o-rio-sofreu-uma-transformacao-em-sete-anos-diz-marcelo-neri-2-19832256>. Acesso em maio 2017.

<sup>22</sup> Com Olimpíadas, inflação no Rio é a mais alta do Brasil, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/com-olimpiadas-inflacao-no-rio-e-a-mais-alta-do-brasil/>. Acesso em maio 2017.

construídos em parcerias da Prefeitura com o governo federal, a população de rua triplicou entre 2013 e 2016.<sup>23</sup>

Durante anos, a imprensa seguiu o discurso oficial dos organizadores dos Jogos Olímpicos, apontando que estes eram grandes geradores de emprego, ainda que uma parte deles temporários. O comitê organizador divulgava, em março de 2015, que 80 mil empregos temporários seriam criados com o evento.<sup>24</sup> Nas vésperas dos Jogos, um portal oficial do governo federal anunciava que 4.080 novos postos de trabalho seriam gerados somente em turismo no mês do evento.<sup>25</sup> Essa foi a ilusão mais forte construída em torno das Olimpíadas, porque vinculava diretamente o Olimpo esportivo ao cidadão comum que teria uma oportunidade aberta em um emprego direto ou indireto, exatamente num momento em que a taxa de desemprego em todo Brasil avançava fortemente. Em 2014, a taxa de desemprego havia fechado em 6,5 % no país, segundo o IBGE; em 2015 já encerrava o ano com 9 % e em 2016 atingiu o patamar de 12 %.

Entretanto, o Rio de Janeiro, durante anos considerado uma “cidade do pleno emprego”, não estava longe dessa realidade nacional. Seguindo a euforia dos Jogos e se aproveitando dos últimos resquícios do “espetáculo de crescimento” da bolha da *commodities*, o município do Rio de Janeiro ostentou a menor taxa de desemprego entre o fim do ano de 2014 e o segundo trimestre de 2015. Oscilando entre 4,4 % e 4,2 % de desocupados, foi a menor taxa do município nos últimos anos. A partir dali, exatamente no momento em que houve maior incremento nas obras dos Jogos Olímpicos, quando pelo menos 30 mil trabalhadores estavam empregados diretamente em obras para o evento, a taxa de desemprego subiu vertiginosamente, atingindo rapidamente 7,3 % no segundo trimestre de 2016 e fechando este ano com 10,4 % de desempregos. Em menos de três anos, a população desempregada da cidade saiu de um mínimo de 132

---

<sup>23</sup> População de rua do Rio triplica em três anos e faltam vagas em abrigos, *CBN*, disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2017/01/16/POPULACAO-DE-RUA-DO-RIO-TRIPLICA-EM-TRES-ANOS-E-FALTAM-VAGAS-EM-ABRIGOS.htm>. Acesso em maio 2017.

<sup>24</sup> Rio 2016 vai gerar 80 mil empregos temporários, revela comitê organizador, *Globoesporte*, disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2015/03/rio-2016-vai-gerar-80-mil-empregos-temporarios-revela-comite-organizador.html>. Acesso em maio 2017.

<sup>25</sup> Olimpíada deve gerar 4.080 postos de trabalho no Rio, *Portal Brasil*, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/07/olimpiada-deve-gerar-4-080-postos-de-trabalho-no-rio>. Acesso em maio 2017.

mil para chegar a 354 mil desempregados (FGV, 2017: 16-17). Embora ainda com uma média menor do que do restante do país – a cidade é marcada por uma tradição de subemprego e trabalho por conta própria que mascara as taxas de desocupação na cidade –, o Rio de Janeiro apresentou um ritmo de crescimento maior do desemprego. A ilusão foi desfeita muito rapidamente, um ano antes da realização da festa que deveria ter representado a maioria de nossa sociabilidade urbana.

### 3. De volta para o passado: endividamento e redução de receitas municipais

O decréscimo do desemprego na cidade do Rio de Janeiro, até o início de 2015, não foi parte de uma política econômica coerente capaz de arregimentar a sociedade para o emprego estável, duradouro e para um mercado consumidor sustentável. Isso foi pura ilusão criada durante o consenso lulista, que envolvia inclusive anteriores inimigos políticos nas esferas estaduais e municipais.<sup>26</sup> A base dessa quase unanimidade política em torno do bom andamento do país – já que em questões econômicas raramente temos a pura representação pairando sobre os processos sociais – foi a abundância de crédito e, como sua face mais evidente, o endividamento generalizado. Isso foi pouco discutido nesse período de “espetáculo do crescimento”, inclusive o contrário era anunciado como parte da bonança econômica: segundo os apologetas do lulismo e seus correligionários em vários partidos, na imprensa e na universidade, o país estava reduzindo suas dívidas.

É claro que a era Lula, graças exatamente à liquidez obtida nos mercados internacionais de *commodities*, esteve longe de se caracterizar por uma explosão do endividamento total como foi o período anterior de FHC. Contudo, os anúncios de uma anulação da dívida externa e de sustentabilidade dos gastos públicos foram todos exagerados. É

---

<sup>26</sup> Eduardo Paes foi um dos principais protagonistas das investigações que apuravam as denúncias envolvendo o mensalão petista, como subrelator da CPI dos Correios enquanto deputado do PSDB. Na ocasião, o futuro prefeito do Rio chamou Lula de “chefe da quadrilha” e de “psicótico”. Poucos anos depois, em 2008, Lula já participava de sua campanha eleitoral, quando foi candidato pelo PMDB. Ao longo das duas administrações de Eduardo Paes na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, fizeram parte de sua equipe também Índio da Costa, Carlos Osório e Jandira Feghali, candidatas à prefeitura do Rio quando Paes tentou a sucessão através de Pedro Paulo. A falência da economia nacional e o desmonte do modelo olímpico levou à ruptura do consenso e à fragmentação política.

possível acompanhar a trajetória da dívida pública total brasileira e perceber que, atingindo um patamar equivalente ao de 60,4 % do PIB no final do governo FHC, o mais elevado até então, os anos seguintes não apresentam reduções significativas. É verdade que chegamos a 51,8 % do PIB, no final de 2010, mas isso não foi uma trajetória rigorosa de redução de endividamento, pois no ano anterior já havia sido atingido o elevado nível de 61,1 %. Os meses e anos seguintes seriam de ampliação da dívida pública nacional, que se acentua com o declínio das taxas de crescimento da economia brasileira. Em maio de 2016, quando assume o novo governo durante o processo de *impeachment*, a dívida pública bruta nacional atinge o recorde de 67,7 %, continuando a crescer nos meses seguintes com o recrudescimento da austeridade econômica.

É correto dizer que a taxa de endividamento da economia nacional é baixa comparada aos países centrais, que em sua imensa maioria ultrapassam 100 % do PIB. Mas aí precisaríamos torcer elementos explicativos para negligenciar exatamente os efeitos disso numa economia periférica, como os juros elevados e o estrangulamento de gastos com o serviço da dívida. Esse não é nosso tema aqui, cujo objetivo é apenas demonstrar os rumos de um endividamento que, temporariamente controlado graças às reservas internacionais – que chegaram a ultrapassar a dívida total em moeda estrangeira –, voltou a crescer ao fim do ciclo de alta das *commodities*, já tendo espasmos durante o próprio *boom*. Na verdade, a única parcela da dívida sob controle foi a do endividamento externo, pois enquanto foi possível segurá-la graças à forragem da economia com divisas estrangeiras, a dívida interna brasileira explodiu. E as medidas tomadas pelo governo federal, mesmo durante o período de crescimento da Era Lula, foram decisivas nessa explosão: entre 2006 a 2009, a dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) aumentou em 28,6 % e, comparando-se 2009 a 2017, esse fração do endividamento federal se ampliou em 131 %.<sup>27</sup>

Também a cidade do Rio de Janeiro percorreu uma trilha de rápido endividamento durante esse período, agravado aqui em virtude da necessidade dos compromissos assumidos para a preparação para os Jogos Olímpicos. Contudo, essa face da economia

---

<sup>27</sup> Todas os índices de dívida pública foram obtidos em informativos e séries do Banco Central, principalmente no endereço <http://www.bcb.gov.br/htms/Infocon/seriehistDBGGFC.asp>. Acesso em maio de 2017.

municipal foi durante muito tempo escamoteada, seja pelo “grau de investimento” atribuído por agências de classificação de risco ou pela blindagem política em torno da gestão municipal do período de preparação dos Jogos, que parecia incólume até mesmo às denúncias de corrupção envolvendo empreiteiras responsáveis por grande parte de suas obras.

É verdade que poucos meses antes do processo eleitoral de 2012, veio a público um relatório da Secretaria de Fazenda do município que previa para 2017 uma explosão do serviço municipal com a dívida: o comprometimento orçamentário com o pagamento de empréstimos seria quatro vezes maior depois do fim do sonho olímpico.<sup>28</sup> Entretanto, como se tratava de uma notícia às vésperas das eleições e foi utilizada por candidatos opositores,<sup>29</sup> o terremoto fiscal foi rapidamente negligenciado pela chamada “opinião pública”.

Também quando recebeu o título de *investment grade*, em 2010, a grande imprensa teve que colocar em funcionamento sua máquina de fabricação de consensos para afugentar fatos dissonantes diante da grande conquista municipal. Três meses antes da titulação dada pela agência *Moody's* e quatro meses antes da conferida pela agência *Fitch*, a prefeitura do Rio obteve um empréstimo de um bilhão de dólares junto ao Banco Mundial. Na ocasião da concessão do empréstimo, Makhtar Diop, diretor do Banco Mundial, em meio a diversos elogios protocolares à “cidade maravilhosa”, salientou que “esse acordo dará à cidade ainda mais competitividade fiscal, que ajudará o Rio a tirar ainda mais proveito de seu potencial”. Aqui fica evidente o aparato de inversões lógicas operado pela cultura econômica: como a ampliação do endividamento municipal poderia ser representada sob a forma de “competitividade fiscal”?<sup>30</sup>

Esse empréstimo internacional obtido pela cidade de certo modo comprova, por via negativa, os argumentos utilizados por Manuel Castells, Jordi Borja (1996) e mesmo

<sup>28</sup> Prefeitura do Rio prevê uma dívida quatro vezes maior em 2017, *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/prefeitura-do-rio-preve-uma-divida-quatro-vezes-maior-em-2017-5544348>. Acesso em maio 2017.

<sup>29</sup> Otavio Leite pede auditoria na dívida da prefeitura do Rio, *O Globo*, <https://oglobo.globo.com/brasil/otavio-leite-pede-auditoria-na-divida-da-prefeitura-do-rio-5559547>.

<sup>30</sup> “Prefeitura e Banco Mundial formalizam empréstimo de R\$ 1,9 bilhão para investimentos na cidade”, *Secretaria Municipal de Fazenda*, 20 ago. 2010. Disponível em: <http://portal5.rio.rj.gov.br/web/smf/exibeconteudo?article-id=1058226>. Acesso em: jan. 2013).

Saskia Sassen (1993) de que as cidades se transformaram em “atores políticos” fundamentais na arena internacional, ultrapassando até mesmo a escala nacional ao lidar diretamente com instituições e agentes externos: as necessidades do financiamento espetacular dos megaeventos exigia fontes de recursos para além de território nacional.

Passados alguns anos dessa liberação de recursos por parte do Banco Mundial, Eduardo Paes esteve às voltas com o problema das receitas municipais e à frente da reunião de prefeitos, regularmente realizada em Brasília (Frente Nacional de Prefeitos), para reclamar junto ao Ministério da Fazenda uma ampliação da margem de endividamento dos municípios.<sup>31</sup> Uma de suas propostas insistia que os municípios respondessem à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que representaria a ampliação de gastos acima das receitas muito além de uma medida provisória de 1999, que regulava até então as dívidas das prefeituras.<sup>32</sup>

Não foi nenhum raio em céu azul que, encerrada a cerimônia de despedida dos Jogos Olímpicos de 2016, a imprensa já começasse a apontar as dificuldades financeiras municipais – não era mais possível segurar a tampa de uma panela fiscal sob forte pressão financeira. Dias depois do fim dos jogos, reportagem da *BBC Brasil* questionava o legado econômico e os gastos públicos para a realização do evento, entretanto, a prefeitura continuava a repetir a ladainha do “endividamento sob controle”.<sup>33</sup> Em setembro de 2016, menos de um mês após o fim dos Jogos, já era noticiado que o tão prestigiado VLT, ícone futurista da “cidade do amanhã”, corria o risco de paralisação

**“... os investimentos  
infraestruturais  
realizados na cidade do  
Rio de Janeiro não  
resultaram em abertura  
de novas oportunidades  
de negócios na cidade,  
mas promoveram a  
ampliação da capacidade  
instalada no município e  
uma piora na utilização  
de equipamentos  
públicos e privados.”**

<sup>31</sup> Paes defende aumento de endividamento dos municípios, Revista Exame, disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/paes-defende-aumento-de-endividamento-dos-municipios/>. Acesso em maio 2017.

<sup>32</sup> Paes propõe que endividamento de municípios siga limites da LRF, *Jornal Extra*, disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/paes-propoe-que-endividamento-de-municipios-siga-limites-da-lrf-6599709.html?versao=amp>. Disponível em maio 2017.

<sup>33</sup> Qual deve ser o impacto da Olimpíada para a economia do Rio?, *BBC Brasil*, disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37171467>. Disponível em maio 2017.

diante do atraso de repasses da prefeitura para a empresa de manutenção dos bondes.<sup>34</sup> O problema se acumula desde então, ultrapassando uma dívida de 100 milhões de reais, em fevereiro de 2017.

Também algumas das obras que foram regularmente citadas como “legado” para a cidade haviam sido interrompidas – durante os Jogos, para não atrapalhar a circulação na cidade, os canteiros tinham sido desmontados. Foi o caso da Transbrasil, o principal corredor viário de ônibus da cidade, que seria construído sobre a via mais movimentada de todo o município.<sup>35</sup> Até mesmo a blindagem política do então prefeito começou a ser desfeita com o fim da entrega de medalhas, pois no último mês de sua administração, Eduardo Paes foi obrigado a se defender de acusações de corrupção proferidas por testemunhas da Operação Lava-Jato.<sup>36</sup> Nos meses seguintes, não faltaria o seu nome no noticiário em denúncias sobre o recebimento de caixa-dois, propinas e superfaturamento nas obras das Olimpíadas.<sup>37</sup>

O resultado lógico de toda essa desconstrução de uma unanimidade política e econômica é o gravíssimo estado das contas públicas municipais. Conforme já anunciado por aquele relatório da Secretaria de Fazenda do município, em 2012, o orçamento de 2017 da Prefeitura do Rio foi duramente impactado pelo serviço da dívida. As contas recentes foram atualizadas por um estudo da Fundação Getúlio Vargas sobre a situação do município: enquanto em 2016 as receitas municipais destinaram 837 milhões de reais para o pagamento de dívidas, em 2017 essa parcela aumentou para 1,16 bilhão, um salto de 40 % (FGV, 2017: 26). A ampliação de compromissos com credores não é apenas grave pelo seu aumento em termos absolutos – coincidência do encerramento de uma série de prazos, eles revelam bem o caráter ficcional de todo o crescimento da economia

---

<sup>34</sup> Alstom dá ultimato a Paes: se não receber, suspenderá manutenção do VLT, *O Globo*, disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/alstom-da-ultimato-paes-se-nao-receber-suspendera-manutencao-do-vlt.html>. Acesso em maio 2017.

<sup>35</sup> Obras do BRT Transbrasil estão paradas desde a olimpíada do Rio, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/obras-do-brt-transbrasil-estao-paradas-desde-a-olimpiada-do-rio.ghtml>. Acesso em maio 2017.

<sup>36</sup> Delator da Odebrecht cita caixa dois para Pezão, Paes, Lindbergh e Garotinho, *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delator-da-odebrecht-cita-caixa-dois-para-peza-paes-lindbergh-garotinho-20623985>. Acesso em maio 2017.

<sup>37</sup> Eduardo Paes recebeu R\$ 15 milhões em propina pela Olimpíada, segundo delação, *Terra*, disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/04/11/eduardo-paes-recebeu-r-15-milhoes-em-propina-pela-olimpiada-segundo-delacao/>. Disponível em maio 2017.

municipal, isto é, mera “antecipação de ganhos futuros” e “adiamento de dívidas correntes”.

Enquanto, em 2016, o valor total do orçamento comprometido com o pagamento da dívida interna e externa da administração direta era de R\$ 837 milhões, em 2017, o valor passa a ser R\$ 1,16 bilhão, quase 40% maior. Desse montante, aproximadamente 56% correspondem a contratos firmados entre a Prefeitura e o BNDES, principalmente para construção das várias linhas de BRTs, um montante de R\$ 647 milhões.

Comparando-se o ritmo de pagamentos nota-se que há uma sobrecarga para o período atual, que terá de arcar com R\$ 3,3 bilhões no espaço de 4 anos, enquanto que, de 2011 até 2016, o município pagou R\$ 868 milhões.

(...).A situação de deterioração da economia do município tem impacto direto sobre a vida dos cariocas. O aumento do desemprego e a redução da massa salarial implicam em uma renda média menor da população. A tendência é a de que, uma vez com renda menor, as pessoas comecem a utilizar mais os serviços públicos. Desta forma, a população pode passar a depender mais da rede de serviços e de proteção social do município. Por exemplo, cidadãos que até então possuíam planos de saúde e cujos filhos estudavam em escolas particulares podem passar a procurar atendimento médico municipal, assistência social e escolas públicas (FGV, 2017: 26-28).

Também conta para a piora das condições sociais o fato de que, passado o efeito efêmero dos Jogos, a receita municipal terá uma forte compressão, caindo de 28,5 bilhões de reais (2016) para 26,3 bilhões (2017), o mesmo patamar de 2012. Esse resultado é ainda mais expressivo porque há anos a cidade do Rio de Janeiro tem operado em déficit, portanto, diferente de todo o palavreado que compara o bom desempenho da cidade diante do governo estadual, há um risco de forte contingenciamento de receitas para os próximos meses e anos, o que pode levar ao atraso de salários de funcionários e ao corte de serviços públicos.<sup>38</sup> A mesma grave situação estadual, que foi parcialmente compensada nos últimos dois anos pela transferência de serviços para a Prefeitura do Rio, pode se alastrar pela cidade do Rio de Janeiro – e isso já foi indicado pelo novo prefeito.<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Isso é ainda mais surpreendente se lembrarmos que no último ano da administração de Paes, a Prefeitura passou a cobrar IPTU de dezenas de milhares de imóveis que até então estavam isentos. Essa ampliação da base de arrecadação de um dos principais impostos municipais não foi suficiente para compensar a perda de receita.

<sup>39</sup> Crivella: prefeitura do Rio pode não ter como pagar funcionalismo em setembro, Agência Brasil, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-04/crivella-prefeitura-do-rio-pode-nao-ter-como-pagar-funcionalismo-em>. Acesso em maio 2017. Obras faraônicas e gastos desnecessários põem Rio no precipício, *Terra*, disponível em: <http://www.jb.com.br/opiniao/noticias/2017/04/25/obras-faraonicas-e-gastos-desnecessarios-poem-rio-no-precipicio/>. Acesso em maio 2017.

#### 4. Conclusões

Não são apenas as contas públicas que apontam para uma falência do modelo olímpico. Se a explosão da taxa de desemprego já a demonstra, seria preciso acrescentar que os investimentos infraestruturais realizados na cidade do Rio de Janeiro não resultaram em abertura de novas oportunidades de negócios na cidade, mas promoveram a ampliação da capacidade instalada no município e uma piora na utilização de equipamentos públicos e privados.

Não é preciso apelar para os exemplos intermináveis de instalações esportivas, equipamentos de lazer e ao próprio Parque Olímpico, abandonados ao fim do evento.<sup>40</sup> São os impactos econômicos negativos do volume exorbitante de investimentos, realizados no período de crédito farto e endividamento, que são agora percebidos pela economia privada em nossos limites municipais. Já durante o evento principal realizado na cidade, o setor de turismo anunciava os efeitos de uma recessão econômica duradoura: mesmo com a ocupação plena durante as semanas das Olimpíadas, o setor de hotelaria da cidade absorvia o impacto de uma ampliação de 50 % de sua oferta de quartos em apenas seis anos. A ampliação da infraestrutura hoteleira ociosa seria inevitável, o que se agravaria com a entrada de 100 novos hotéis no mercado carioca, que ainda estavam em construção enquanto os Jogos se realizavam.<sup>41</sup>

Os investimentos em moradia desaceleraram assim que as inaugurações do mercado imobiliário encontraram dificuldades para encontrar novos consumidores. Apesar dos recordes registrados na venda imediata de lançamentos imobiliários no passado, os apartamentos sem compradores estão se acumulando nas carteiras das incorporadoras, entre eles os milhares de novas unidades colocadas no mercado com a inauguração da

---

<sup>40</sup> Legado da Rio 2016 é colocado em xeque com a crise, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/legado-da-rio-2016-e-colocado-em-xeque-com-a-crise/>. Acesso em maio 2017.

<sup>41</sup> Para hotelaria, legado olímpico será excesso de quartos, *Wall Street Journal*, disponível em: <https://www.wsj.com/articles/para-hotelaria-legado-olimpico-sera-excesso-de-quartos-1470196994?tesla=y>. Acesso em maio 2017.

Vila Olímpica na Barra da Tijuca.<sup>42</sup> Com o colapso dos preços, muitos empreendimentos interromperam suas obras e outros foram cancelados.

Também as tão enaltecidas obras na área portuária do Rio de Janeiro, consideradas pela prefeitura como um dos principais legados urbanos dos Jogos, têm se mostrado um enorme fiasco devido à superoferta de escritórios. O conjunto de cinco torres anunciado por várias empreiteiras sob a denominação de *Trump Towers* (de propriedade do atual presidente norte-americano), sequer saíram do papel em virtude do excesso de oferta registrado no local. Em 2015, um ano antes da inauguração do tão prestigiado *Boulevard Olímpico* na Zona Portuária, o mercado imobiliário já havia reduzido os investimentos em virtude da capacidade excedente disponível na área em processo de “revitalização”: com 22 % dos escritórios na área portuária vazios, obras paralisaram e novos empreendimentos foram cancelados com a perspectiva de agravamento da capacidade não utilizada: “Nós imaginávamos que esta crise ocorreria só depois das Olimpíadas em 2016”, afirmou um representante do setor imobiliário, “mas está acontecendo agora, pondo em questão as apostas agressivas feitas em projetos que visavam os Jogos Olímpicos”.<sup>43</sup> Até mesmo o ritmo de financiamento através do mercado de títulos imobiliários – grande motor para a recuperação urbanística da área portuária através dos Certificados do Potencial Adicional de Construção (CEPACs)– mostrou-se muito abaixo do que havia sido planejado pela administração pública, que comparece sempre para compensar as perdas financeiras através do uso privado do orçamento estatal.

Ao oferecer títulos ao mercado em 2016, quando a Cdurp [Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro] reivindicou cerca de R\$ 1,2 bilhão para mais uma fase de obras, o Fundo Porto Maravilha não encontrou compradores. Com papéis sem investidores interessados, o fundo se declarou ilíquido e não pôde repassar o montante à Prefeitura. Ao longo dos anos, segundo dados da Cdurp, a quantidade de Cepacs que de fato foram realizadas em licenciamento de obras – sua função inicialmente estabelecida –, é bastante inferior ao que havia sido inicialmente planejado nos estudos de viabilidade. Assim, um instrumento idealizado para financiar

<sup>42</sup> Projetos imobiliários impulsionados pelos Jogos frustram investidores, *Wall Street Journal*, disponível em: <https://www.wsj.com/articles/projetos-imobiliarios-impulsionados-pelos-jogos-frustram-investidores-1470196992>. Acesso em maio 2017.

<sup>43</sup> Com mira nas Olimpíadas, mercado imobiliário do Rio já aparenta ressaca, *UOL*, disponível em: <http://m.noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/the-new-york-times/2015/11/14/com-mira-nas-olimpiadas-mercado-imobiliario-do-rio-ja-aparenta-ressaca.htm>. Acesso em maio 2017.

a revitalização da região portuária vem sendo usado frequentemente para especulação financeira.

Com as obras de revitalização do Porto necessitando de financiamento, a Prefeitura, no ano passado, recorreu a estratégias emergenciais para dar continuidade aos investimentos (...).

O problema da reaquisição de Cepacs pela Cdurp e Prefeitura, como forma de pagamento, é que a venda dos títulos será realizada por um preço superior ao preço que o mercado está disposto a pagar.

Em síntese, o Porto Maravilha tem, em sua engenharia financeira, apresentado indícios de problemas estruturais e, como um todo, deve passar por uma avaliação conjunta da atual administração, da Comissão de Valores Imobiliários e da Caixa Econômica Federal (FGV, 2017: 46-47).<sup>44</sup>

O próprio Porto do Rio de Janeiro, ampliado recentemente em sua capacidade de operação de cargas,<sup>45</sup> tornou-se um exemplo singular de instalação ociosa em todo o Brasil: apresentando uma queda em operação maior do que os demais terminais portuários, hoje contribui para uma ociosidade que atinge a média de 80 % para o setor em todo o país.<sup>46</sup>

Até mesmo para uma cidade que há muito não é exemplo por sua atividade industrial, o Rio tornou-se um dos contribuintes para a crise do mercado de *commodities* que pôs fim à ilusão de crescimento nacional. A *Companhia Siderúrgica do Atlântico*, notoriamente conhecida pelos impactos sociais e ambientais provocados na zona oeste do Rio – inaugurada em 2010 como o maior empreendimento privado realizado no país (não sem uma série de subsídios públicos) –, nunca operou com seu volume de produção total. Sendo uma das maiores siderúrgicas das Américas, a sua entrada no mercado

---

<sup>44</sup> O que já havia sido realizado desde o princípio, o subsídio estatal ao projeto de revitalização do Porto, via compra dos títulos pela Caixa Econômica Federal, volta a ocorrer através do orçamento municipal. Sobre o início desse processo ver BOTELHO (2013). Veja também as mudanças no projeto de ocupação do Porto anunciados pela Prefeitura, ver Rio muda estratégia para estimular moradias na Zona Portuária, *O Globo*, disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-muda-estrategia-para-estimular-moradias-na-zona-portuaria-1-20037887>. Acesso em maio 2017.

<sup>45</sup> Dilma inaugura primeira fase de ampliação do Porto do Rio, *G1*, disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/dilma-inaugura-primeira-fase-de-ampliacao-do-porto-do-rio.html>. Acesso em maio 2017.

<sup>46</sup> “A perda de mercado do Porto do Rio é explicada por uma combinação de fatores. Os portos públicos vêm perdendo participação em contêineres para novos terminais privados criados após a lei de 2013 que facilita a instalação de portos privados, mas o Rio vem caindo mais. O nível de ociosidade média fica na faixa dos 80%, segundo o sindicato dos operadores portuários. Muitos dos novos portos são especializados em contêineres — nos quais são transportados produtos de maior valor agregado — com estrutura verticalizada, que facilita a negociação com armadores e tem vantagens em custos trabalhistas.” (Movimento no Porto do Rio cai três vezes mais que a média nacional, *O Globo*, disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/movimento-no-porto-do-rio-cai-tres-vezes-mais-que-media-nacional-21115030>. Acesso em maio 2017).

ampliou ainda mais o excesso de oferta de aço no mercado mundial,<sup>47</sup> razão que a torna um elefante-branco para o mercado.<sup>48</sup>

Esse conjunto de informações está longe de indicar que os Jogos Olímpicos foram uma “oportunidade perdida” pelo Rio de Janeiro, como agora os ufanistas de ontem e a imprensa irrefletida de sempre gostam de apontar.<sup>49</sup> Pelo contrário, como é típico da natureza da sociedade capitalista, foram as oportunidades criadas pelos investimentos olímpicos e aqueles que giraram ao seu redor que ampliaram as condições econômicas para retomar a crise em um patamar mais elevado. A crise estrutural do capitalismo, em sua manifestação local, foi agravada pelo excesso de capacidade produzida pelos investimentos especulativos com os Jogos. É próprio a uma condição de superacumulação monetária que a liquidez abundante seja transformada em investimentos, aparentemente produtivos por sua natureza física, mas que se revelam sem fundo pelo fato de que são baseados na antecipação de riqueza futura; servem à mera circulação de capital em excesso sob a forma monetária e, quando mobilizam o mercado imobiliário, aproveitam para se multiplicar através de rendimentos não-produtivos (juros, renda etc.).

Aqui tomamos o modelo olímpico não como uma nova forma de gestão urbana baseada na realização de megaeventos, uma definição usual que tende a superdimensionar a importância das grandes festas e competições (tornando-se refém do discurso espetacularizado dos seus realizadores) e conferir aos acontecimentos culturais (feiras literárias, bienais de arte, museus de grife, festivais de música etc.) um protagonismo econômico que não é inerente às suas lógicas próprias. O modelo olímpico é apenas um exemplo disponível entre outros de uma administração urbana de emergência em

---

<sup>47</sup> ThyssenKrupp foca em exportações com mercado interno, *Revista Exame*, disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/thyssenkrupp-foca-em-exportacoes-com-mercado-interno/>. Acesso em maio 2017.

<sup>48</sup> CSA vira elefante branco, está à venda e pode fechar alto-forno, *O Globo*, disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/csa-vira-elefante-branco-esta-venda-pode-fechar-alto-forno-5958758>. Acesso em maio 2017.

<sup>49</sup> O próprio prefeito Eduardo Paes fez esse diagnóstico nos últimos momentos de preparação dos Jogos, mas para responsabilizar a crise nos níveis federais e estaduais por isso. Veja Olimpíada é 'oportunidade perdida' para o Brasil, diz prefeito do Rio, *Folha de São Paulo*, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790585-olimpiada-e-oportunidade-perdida-para-o-brasil-diz-prefeito-do-rio.shtml>. Acesso em maio 2017.

tempos de crise estrutural da economia mundial que, incapaz de propor um desenvolvimento urbano diante das manifestações locais da crise, instrumentaliza economicamente os eventos disponíveis para obter resultados efêmeros. Os ganhos imediatos obtidos são rapidamente desfeitos, compensados pela retomada dos processos de crise e terminam por agravar ainda mais um ponto crítico contra o qual os megaeventos supostamente deveriam contribuir para uma solução.

Diante do caráter fugaz dos benefícios, não é incomum a cidade que tenha sediado um grande evento seja obrigada a encadear novos acontecimentos para tentar postergar a imagem de sucesso tenuemente obtida durante o processo. Se lembrarmos o conjunto de eventos realizados no Rio de Janeiro na última década (Jogos Pan-americanos, Jogos Militares Mundiais, Copa das Confederações, Copa do Mundo, Jornada Mundial da Juventude e Jogos Olímpicos), não podemos guiar a conclusão sobre o seu legado por meio de um moralismo em apontar os erros e desvios nos gastos públicos (que não foram poucos).

A principal reflexão que devemos fazer é que a falência econômica, ao fim de todo esse ciclo, não é um elemento estranho e acidental, mas uma condição necessária pois foi contra uma *condição estrutural de crise* que os eventos foram arregimentados e se mostraram fracassados em superá-la. E aqui não se trata das dificuldades herdadas da transferência da capital, como alguns analistas, indiferentes a todo o processo que ocorre debaixo de seus olhos, ainda insistem em indicar.<sup>50</sup> A cidade do Rio, assim como a economia nacional, sofre os mesmos problemas estruturais de um capitalismo em crise e tenta mitigar isso através de espasmos de crédito farto, investimentos fictícios e, como ocorreu em nosso quintal, através de uma especial política de produção de espaço urbano.<sup>51</sup> Os megaeventos são uma oportunidade para justificar ainda mais esses

---

<sup>50</sup> Veja quanto a isso a recente intervenção de um professor da UERJ que argumentou que a “crise do Rio não é pontual. É crônica e data da transferência da capital [1960], que a privou dos investimentos e da contribuição federal que lhe era paga desde tempos imemoriais, sem lhe dar qualquer indenização” (Por que o Rio deveria virar um segundo Distrito Federal, segundo este pesquisador, *Nexo*, disponível em [https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/04/ Por-que-o-Rio-deveria- virar-um-segundo-Distrito-Federal-segundo-este-pesquisador](https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/04/Por-que-o-Rio-deveria- virar-um-segundo-Distrito-Federal-segundo-este-pesquisador). Acesso em maio 2017.

<sup>51</sup> Em vários outros lugares essa mesma estratégia enfrenta os resultados de sua própria ampliação de capacidade excedente: “Shopping centers e estádios esportivos financiados a crédito, assim como outras facetas do consumo conspícuo, são projetos de alto risco, que podem, com facilidade, defrontar-se com tempos difíceis, exacerbando, como a ‘supershoppincenterização da América’ dramaticamente ilustra, os

expedientes. Isso não é específico do Rio de Janeiro e já foi observado em outras cidades. Até mesmo no modelo principal de gestão urbana – Barcelona –, passado o efeito dos Jogos Olímpicos, foi preciso inventar um novo evento capaz de repetir, ainda que de modo menos intenso, a “magia” da atenção internacional e da confiança dada à capital catalã (BOTELHO, 2004).

O encadeamento de eventos na cidade do Rio de Janeiro, completado por uma política de militarização do espaço urbano, revela o quanto de ilusório foram os discursos sobre a integração social: como os eventos não eram para todos e muito menos renderiam frutos para a maioria, os desajustados, excluídos e removidos desse processo deveriam ser de algum modo controlados. A ampliação de excesso de capacidade em toda a cidade, infraestrutura ociosa, explosão de desemprego e redução dos gastos públicos, principalmente aqueles com finalidades sociais, pode abrir um horizonte ainda mais dramático de controle social direto por meios repressivos. Talvez esse seja o verdadeiro legado dos Jogos.

### Referências bibliográficas

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre os nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-168.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurilio Lima Botelho. *A implosão do “pacto social” brasileiro*. Disponível em: <http://www.krisis.org/2016/a-imploso-do-pacto-social-brasileiro/>. Acesso em jul. 2016.

BOTELHO, André. A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu Fórum das Culturas de 2004. In: *GEOUSP: Espaço e Tempo*, no. 16, 2004, p. 111-124.

BOTELHO, *Cidade do Amanhã: urbanização simulada e ficcionalização do capital no paraíso tropical*. Mimeo. 2013.

---

problemas da superacumulação e do excesso de investimento, aos quais o capitalismo, como um todo está tão facilmente propenso” (Harvey, 2001: 184).

BOTELHO, Maurilio Lima. Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. In: *Espaço e Economia*, no. 8, 2016. Disponível em: <https://espacoeconomia.revues.org/2273>. Acesso em out. 2016.

BUSTAMANTE, Julia; LIMA, Caio. *O que escondem os gastos dos Jogos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

FGV. *O Rio em Perspectiva: um diagnóstico de escolhas públicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.